



# Anais da Assembléia

N. 122

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 163.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1987.  
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achan-do-se em licença a Senhora Deputada Iron-di Pugliesi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E:

Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, na forma regimental, que se tomem as providências administrativas necessárias no sentido de que esta Liderança do Partido Democrático Trabalhista- PDT, indica como suplente do Deputado Rafael Greca, na CPI do Banco Del Paraná, o Deputado Algaci Túlio.

Outrossim, indica os advogados Isabel Kugler Mendes e Rui Carneiro Teixeira, para assessorarem juridicamente os representantes da Bancada do PDT.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Líder do PDT.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 250/87 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação das emendas n°s 2, 3, 4 e 5 ao Projeto de Lei n° 268/87, e Preferência de Votação aos Projetos n°s 267/87, 229/87 e 222/87.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de uma nova data para a Comemoração do "Dia do Servidor Público", aos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que, em virtude da realização da sessão de hoje, não puderam comemorar o seu dia, conforme determinações legais anteriormente anunciadas, ficando como indicativa a data de 30 de outubro de 1987, para a referida comemoração.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) PEDRO TONELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, submete à apreciação desta Assembléia, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Doutor LEVY DE LIMA LOPES.

O Doutor Levy de Lima Lopes, além de advogado, foi Diretor da Polícia Civil do Paraná, cargo no qual prestou significativos serviços ao povo e ao Estado do Paraná.

Homem de ilibada conduta na vida particular e pública, merece, portanto, as homenagens póstumas desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoio: Hermas Brandão e José Afonso Júnior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pela eleição dos Senhores Coronéis PM, Eliseu Furquim e Rubens Aktibach que, em renhido pleito, tiveram sua chapa vencedora e doravante responderão pela Presidência e Vice-Presidência do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A presente proposição reflete as congratulações deste legislativo e os votos de profícua gestão à chapa vencedora que, certamente envidará seus esforços no sentido de representar a tão numerosa classe dos policiais militares.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta Sessão de voto de congratulações a Liga do Combate ao Câncer, pela comemoração dos seus 40 anos de fundação.

Requer, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à referida instituição.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

A Liga de Combate ao Câncer, é uma entidade que muito tem feito na prevenção ao câncer. E faz um apelo a comunidade e órgãos voltados à suplementação financeira que permitam à entidade implantar novos programas, entre eles o de prevenção em todo o Estado do Paraná, como construção de novas alas ambulatoriais do Hospital Erasto Gaertner, que permitirá o atendimento de 10 mil pessoas/ano.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Deputado Borges da Silveira, pela sua investidura como Ministro da Saúde.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Ministro Borges da Silveira.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A excolha do Deputado Borges da Silveira para as elevadas funções de Ministro da Saúde, encheu de júbilo todo o Estado do Paraná, que contará com a inteligência, o patriotismo, a cultura, e o espírito público de uma das figuras humanas mais importante da área da saúde.

O Deputado Borges da Silveira, com seu talento, com sua cultura, saberá honrar a confiança que nele foi depositada pelo Presidente José Sarney para gerir os destinos da Pasta da Saúde, cuja designação recaiu sobre a pessoa perfeitamente identificada com a problemática da Saúde, e sensível aos seus urgentes reclamos, temos certeza que exercerá com brilho mais esta responsabilidade que lhe foi atribuída.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor ao Otorrinolaringologista Doutor Jaime Zlotnik, pela magnífica palestra proferida no último dia 19, nas dependências do Plenarinho desta Casa de Leis, alertando sobre os efeitos do fumo, bem como pelas campanhas em prol da qualidade de vida, que vem desenvolvendo com determinação e estoicismo.

Requer, ainda, que da decisão sejam informados, o Excelentíssimo Senhor Delcírio Tavares da Silva, Secretário de Estado da Saúde, os membros do Conselho Regional de Medicina, os Doutores Leo Schoma, Dante Romanó, Ehrenfried Wittig, Oscar Alves, Coronel Waldemar Bianco, além do jornalista Aderbal Fortes de Sá.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

#### JUSTIFICATIVA:

Em 1978, um Grupo de Professores do Hospital de Clínicas, composto pelo Pneumologista Doutor Leo Schone, pelo Angiologista Doutor Dante Romanó Júnior, pelo Neurologista Ehrenfried Wittig e pelo Otorrinolaringologista Doutor Jaime Zlotnik iniciaram um movimento anti tabagista. Se há muito sabiam dos efeitos perversos do fumo, tinham nas suas próprias es-

peculiaridades médicas uma convocação moral de combatê-lo de maneira mais agressiva, e o ideal de envolver um número cada vez maior de pessoas.

Já no ano seguinte, 1979, obtiveram uma importante adesão: o então Secretário de Saúde, Doutor Oscar Alves.

Com tal apoio oficial, foi criada uma comissão liderada pelo Coronel Waldemar Bianco.

O movimento desenvolvia-se satisfatoriamente, embora em âmbito restrito.

Foi então, quando o jornalista Aderbal Fortes de Sá abraçou o movimento, que ele cresceu e robusteceu-se.

Com sua criatividade instituiu a greve do fumo, fez exposição de cartazes, maratonas e incontáveis eventos, e com seu acesso aos meios de comunicação divulgada com simpatia tais eventos, difundindo-os consideravelmente.

A luta continua, através de seminários, simpósios, palestras, audio visuais, cartazes e todos os outros meios disponíveis.

É uma luta aparentemente inglória.

Apenas aparentemente, pois embora não oferte os louros da vitória, propicia a gratificação interna, a consciência de se estar buscando melhor qualidade de vida.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação de louvor aos veículos de comunicação TV Paranaense Canal 12 e ao Jornal "O Paraná", de Cascavel, pelas brilhantes reportagens sobre os riscos do Raio X às pessoas.

Requer, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa aos referidos veículos de comunicação.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o acidente radioativo de Goiânia, que causou pânico na população, devido aos seus altos riscos e devido aos riscos que a população ainda corre, principalmente em função dos desconhecimentos inclusive das pessoas que manipulam equipamentos movidos a energia nuclear, consideramos o alerta e esclarecimentos prestados pelo Jornal "O Paraná", de Cascavel, e TV Paranaense Canal 12, de Curitiba, no último dia 22 de outubro, de fundamental importância. Apesar de sabido da grande utilidade da energia nuclear, a população precisa ser tranqüilizada, ao mesmo tempo em que alertada para os riscos reais e existentes, nos moldes das duas reportagens.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, registro na presente sessão plenária, de voto de aplauso a dirigentes e funcionários da Companhia Paranaense de Energia- COPEL, pela passagem do 33.º Aniversário da sua implantação.

Sala das Sessões, 26.10.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A criação da Companhia em 26 de outubro de 1954, pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, foi sem dúvida, um dos maiores propulsores do progresso do Estado nos últimos anos.

A eletrificação gerou o desenvolvimento e estimulou a construção de hidrelétricas, ampliação das redes de energia e propiciou ao homem do campo o benefício da simplificação das suas tarefas, poupando-lhe tempo e permitindo a expansão da sua atividade.

Pelo significado da expansão da COPEL, pedimos a anuência ao nosso pleito, dos nobres Pares, solicitando, ainda, seja dada ciência do presente ao Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica- COPEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, manifestando apoio às reivindicações da APAVI- Associação Paranaense da Avicultura, formuladas no fórum de debates realizado em Nova Esperança, no dia 2 do fluente mês, as quais merecem toda consideração pela sua importância ao desenvolvimento da avicultura e economia de nosso Estado:

1. Governador Álvaro Dias
2. Secretário de Estado das Finanças, Luiz Carlos Jorge Haully.
3. Presidente da APAVI, Laércio Faustino Cardoso.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Durante a reunião da APAVI, realizada em Nova Esperança, no último dia 2 de outubro foi elaborado um documento para ser encaminhado às autoridades governamentais, reivindicando os seguintes itens básicos para a sobrevivência da avicultura no Estado do Paraná:

1. Manutenção da isenção do ICM sobre ovos.
2. Revisão imediata das atuais alíquotas do ICM sobre a avicultura paranaense.

3. Criação de um conselho, ou Comissão Estadual de política tributária, para que todas as associações e entidades representativas dos diversos segmentos produtivos da agropecuária possam discutir a adequação e implantação dos procedimentos tributários.

Além destas reivindicações, consta também neste documento o pedido para que com o apoio e intervenção direta do Governo do Estado, a Companhia de Financiamento da Produção- CFP, implante no Paraná o mesmo tratamento que dispensa a outros Estados através do Programa de vendas Diretas de Milho aos Criadores, sem discriminações, tendo em vista que conforme informações do Presidente da Associação Paranaense da Avicultura, no Estado de São Paulo, um criador pode receber até 120 toneladas de milho ao mês, para alimentar até 70 mil cabeças de aves, enquanto que no Paraná o tratamento é diferenciado, podendo um avicultor adquirir somente 34 mil quilos por mês para alimentar 20 mil cabeças. Uma determinação vinda de Brasília sem qualquer explicação, conforme declarou o presidente da APAVI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Sarney, Digníssimo Presidente da República, solicitando o fortalecimento do Ministério da Cultura através de maior dotação orçamentária e prestigamento das atividades daquele órgão.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Diante das especulações publicadas recentemente em órgãos de imprensa, ventilando a hipótese de enfraquecimento das atividades do Ministério da Cultura, vimos nos posicionar em favor do fortalecimento do referido Ministério, expressão maior da hipótese de enfraquecimento do referido Ministério, assistiríamos a um retrocesso sem precedentes na História do Brasil.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a creche Mônica, da cidade de Mamborê.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Mamborê tem sido bem atendida pelos serviços prestados pela creche Mônica daquela cidade. Esse atendimento, porém, tem sido dificultado em função da defasagem orçamentária, por isso necessita de auxílio financeiro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, envio de expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Cesar Benevides, DD. Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a creche São José, localizada no Jardim Alvorada, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A creche São José presta relevantes serviços à comunidade de Campo Mourão, através do atendimento às crianças que necessitam de seus préstimos. Entretanto, atualmente, a creche necessita de auxílio financeiro para continuar prestando serviços e promover melhorias afins.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 289/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica denominado 'Parque Reinaldo Massi, a área de terras de preservação natural coberta de vegetação, essências nativas, situada à margem esquerda do rio Paranapanema, no Município de Diamante do Norte.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

A existência da área de terras que ora nos reportamos, com toda a sua dimensão e características naturais de fauna e flora, deve-se estritamente ao alto espírito conservador de preservação da ecologia e meio ambiente, do Sr. Reinaldo Massi. Assim, o mínimo que podemos oferecer para homenagear seu nome e sua família, bem como demonstrar o reconhecimento do povo paranaense através de seus representantes políticos, será manifestado neste projeto de lei.

PROJETO DE LEI N. 290/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS

DA VILA NOVA REPÚBLICA, com sede no Município de Piraquara, Paraná.

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 26.10.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista. (Declina).

Havendo declinado, com a palavra o Sr. Deputado Lindolfo Júnior. (Declina).

Havendo declinado, com a palavra o Sr. Deputado Nereu Massignan. (Ausente)

Estando ausente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje estamos comemorando, por antecipação, o "Dia do Funcionário Público".

A laboriosa classe do funcionalismo público, no entanto, não tem muito que comemorar nestes últimos tempos; o salário do funcionalismo público civil, tanto o federal como o estadual, até hoje não se recuperou da corrosão que vem sofrendo desde os tempos dos governos revolucionários. No Brasil, tradicionalmente, tem-se dinheiro para tudo que se possa imaginar, menos para que se possa pagar um salário decente aos seus funcionários!

E, se tomarmos como exemplo a Previdência Social, basta lembrar que, em pleno protesto dos funcionários por melhores salários, o Ministro Rafael de Almeida Magalhães, comprava apartamentos com piscinas e saunas, além de comprar prédios com preços sete vezes maiores que o valor de mercado. No entanto, para atender às reivindicações salariais dos funcionários, não tinha dinheiro!

Ainda na área federal, o Presidente da República insiste em construir a tal Ferrovia Norte-Sul, ao custo de bilhões de dólares. Para isso, parece-me que o Governo Federal tem dinheiro, no entanto, para pagar o funcionalismo com um salário mais digno, alega-se a falta de recursos, porém, para custear viagens, mordomias e outras vantagens, nunca faltou dinheiro dos cofres públicos. E quando o dinheiro diminui, basta dar uma mordida com o leão, ou então aumentar os preços dos combustíveis e também dos lubrificantes.

O governo insiste ainda em afirmar que aumento salarial provoca inflação, muito embora os fatos tenham provado que os salários foram achatados violentamente e que nem por isso a inflação diminuiu. E para

os governos, os salários que mais provocam inflação, dizem eles, são o dos seus funcionários. Quer dizer, em outras palavras, o governo acaba usando o pretexto da inflação para conceder aumentos ridículos e terrivelmente baixos para o funcionalismo.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, não vou atrapalhar o seu pronunciamento, estou prestando atenção e em horário da Liderança do PMDB voltarei a falar nessa mesma tônica em que Vossa Excelência ocupa o Plenário, com muita dignidade, nesta Casa. Desculpe-me.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado.

Dizia eu então, que lamentavelmente para as mordomias, principalmente, o governo federal tem verbas, verbas para construir a tão comentada Ferrovia Norte-Sul, e para tantas outras coisas como, por exemplo, a compra de apartamentos pela Previdência Social. No entanto, para uma melhor remuneração ao funcionário público, alega-se que não há verba.

Assim, os funcionários públicos vivem momentos de grandes dificuldades financeiras, com salários defasados e sem qualquer perspectiva de melhoria.

Por isso, não há muito que se comemorar no dia de hoje, no "Dia do Funcionalismo Público". O que o funcionalismo precisa fazer, mais do que nunca, é organizar-se, lutar pelas melhorias dos seus salários, tanto é que hoje na imprensa já se fala que a categoria pode parar a qualquer momento para reivindicar melhorias salariais. O funcionalismo público está ameaçando com uma paralisação geral, caso não seja definida urgentemente uma política de pessoal, representada pela concessão de um aumento salarial condizente com a realidade nacional.

É esta a situação em que vivemos no dia de hoje.

Mas vim também a esta tribuna, para, mais uma vez, lamentar a situação da Segurança Pública no Estado do Paraná. Mais uma vez um ônibus foi assaltado, mais uma vez os seus passageiros são saqueados, e agora já não ficou apenas na violência contra os passageiros, ou na violência sexual contra uma passageira, agora já se parte para o assassinato.

Lamentavelmente, na madrugada de sábado, mais um ônibus da Sulamericana, no trajeto Curitiba - Foz do Iguaçu, foi assaltado por dois bandidos fortemente armados. E bandidos que embarcaram aqui na Rodoferroviária, onde lamentavelmente as empresas e a própria Secretaria de Segurança Pública não exige um cadastro, um documento, uma lista de passageiros para se saber

quem é que está embarcando neste coletivo. E o que é que se viu?

Mais dois bandidos embarcaram no coletivo, e próximo a Quedas do Iguaçu acabaram obrigando o motorista a entrar numa estrada secundária, saquearam os passageiros; um deles reagiu e acabou tombando morto. É preciso que providências sejam tomadas.

Curitiba teve mais um final de semana violento, com uns quatro assassinatos, com uma sequência horrível de assaltos e arrombamentos. É a insegurança do povo nesta cidade em todos os cantos na região metropolitana. É preciso que se saia do papel, e da fotografia bem tirada, é que se parta para as ações, para a prática, para coibir a violência que campeia solta nesta cidade, neste Estado do Paraná.

Nós estamos aqui, reivindicando de Sua Excelência, o Sr. Secretário da Segurança Pública, melhores condições para que a Polícia também possa desenvolver o seu trabalho, não estamos apenas exigindo o melhor policiamento, mas exigindo, ao mesmo tempo também, melhores condições para que a Polícia possa trabalhar.

Vejam o que está acontecendo hoje - o dono de um imóvel está, desde janeiro, correndo à Secretaria da Segurança Pública, reclamando os aluguéis que até hoje não foram pagos; a Polícia entregou o 4.º Distrito, o prédio, mas não pagou até hoje os aluguéis, desde o mês de janeiro. É preciso que se tome uma posição nesse sentido, e nós estamos aqui, nesta tribuna, cobrando uma providência do Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consulto a Liderança do PL, se fará uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL, se fará uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB, se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vivemos numa época em que os preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade sobem dia a dia.

É inútil, Sr. Presidente, nos iludirmos de que o Servidor Público tenha condições de se agüentar no seu dia a dia, se negarmos esse reajuste.

Tivemos, nos últimos dias, a alta do pão, do leite e de demais gêneros alimentícios necessários à mesa de qualquer ser

humano, e como é Sr. Presidente, Senhores Parlamentares, que poderemos exigir um bom desempenho do funcionário mal alimentado?

Por isso, quando falamos em nome da Liderança do nosso Partido, queremos lembrar que o PTB é o Partido da massa, de trabalhadores, e como tal diz explicitamente em seu discurso ideológico, do compromisso forte com o interesse dos trabalhadores, muito especialmente com as grandes maiorias populares que estejam vivendo em níveis de pobreza e de marginalidade, ou sendo crucialmente exploradas em benefício de setores privilegiados.

Aqui, como em nenhuma outra causa, marcamos nossa opção e autenticidade, lutando pelo interesse dos trabalhadores em defesa dos seus direitos; inserimos ser necessário um aumento substancial do salário desse que é o sustentáculo deste Estado, o servidor público, de forma a garantir, senhores, ao trabalhador e à sua família, condições dignas de vida. E a nossa bandeira e é a bandeira tremulada por todos os Parlamentares desta Casa, a redução das desigualdades salariais, o reajustamento dos salários segundo o aumento real do custo de vida!

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje comemora-se o "Dia do Funcionário Público", do homem que muitas vezes é esquecido no momento de dificuldade por que passa o País e o nosso Estado; é também esse mesmo funcionário público, que, com a sua experiência, com a sua vivência, com o seu dia a dia nas estruturas administrativas deste Estado, com pouco dinheiro, como neste final de semana apregou o Governador Álvaro Dias, mas com muita competência e acima de tudo, inovando com criatividade este "Funcionário Público" que precisa também, Senhores, ser valorizado. Este resíduo de 20%, é claro que não é um bom aumento para o funcionalismo público do nosso Estado, mas temos a certeza de que a sensibilidade dos homens que dirigem este Estado e hoje temos a grata satisfação de termos um homem deste Parlamento, prestando serviços com muita probidade, com muita competência frente à Secretaria da Administração deste Estado, o Deputado e Secretário, representante do Oeste, Mário Pereira, que com muita satisfação nos visita e que com muita honra participa conosco desta sessão, desta Augusta Casa de Leis.

Estamos, sim, Senhor Secretário, acompanhando seu desempenho, na Secretaria da Administração, coibindo abusos, cortando mordomias, cargos ociosos e esta Casa, e falando em nome do PTB, em nome do nosso Líder, Erondy Silvério, gostaríamos de parabenizá-lo pelo trabalho desenvolvido frente a esta pasta.

Portanto, Senhores Deputados, acreditamos que votar esse aumento, esse resíduo, é o mínimo que podemos fazer por aqueles que nos servem e que trabalham por este Estado no seu dia a dia, e buscando a verdade, no mais sábio dos livros da Bíblia Sagrada, lemos: "Bem aventurado o que acode o necessitado, o Senhor o livra, o protege, lhe perserva a vida, fá-lo feliz". Salmo 41, versículo 3.

Senhor Presidente, em nome da Liderança do PTB, os nossos parabéns aos funcionários públicos deste Estado, que lutam por um amanhã melhor para todos nós, para que haja a verdadeira integração, Estado e município e o nosso apelo veemente para que com altivez, este Governo que aí está, continue a valorizar o funcionalismo do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PT, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares. O Partido dos Trabalhadores realizou neste final de semana o seu 5º Encontro, denominado pré-convenção do Partido dos Trabalhadores no Paraná. Sem dúvida foi o ato mais importante que esse Partido realizou desde a sua existência. Foram quase 250 delegados eleitos em pré-convenções municipais que compareceram e que decidiram os destinos dos próximos 2 anos desse Partido na história política do Paraná.

Mas enfim, por que será que nós podemos analisar como importante este Encontro Estadual do Partido dos Trabalhadores, tendo em vista que nós temos mais 40 partidos com vida política neste Estado e nesta Nação?

Sempre no Brasil se afirmou e se continua afirmando que a classe trabalhadora não é capaz e não pode participar ativamente das decisões políticas desta Nação e deste Estado. Diz-se também e se prega que quem tem capacidade de fazer política são os intelectuais, os ideólogos, os estudiosos, os ricos, aqueles que sabem falar bonito, aqueles que têm estudo; e que o analfabeto, aquele que não tem muito estudo, aquele que não sabe falar, aquele que não tem uma presença aparente bonita, esse não é apropriado para fazer política.

E o Partido dos Trabalhadores, desde o início da sua existência, está trazendo uma grande novidade política neste Estado e nesta Nação. Por que essa novidade? É por que a prática da vida política do Partido dos Trabalhadores está tornando cada dia

mais real e mostrando para toda a sociedade brasileira que existe no mundo de hoje um outro jeito de fazer política, que é o jeito de fazer política do ponto de vista da classe trabalhadora.

O Partido dos Trabalhadores, que surgiu dos operários em São Paulo e que hoje é um Partido fundado, exercido e comandado pela classe trabalhadora brasileira, está organizado nos 4 cantos do País, organizado com representação no meio de quase todas as categorias organizadas brasileiras e está presente em mais de um terço dos municípios do Estado do Paraná e com presença em mais que 80% dos eleitores do Estado do Paraná.

E não é só isso. O Partido dos Trabalhadores está provando, na prática, que a classe trabalhadora está sendo capaz de ela mesmo construir e governar um partido político, coisa inédita no País, onde nós sempre vimos e percebemos que os trabalhadores no Partido estavam simplesmente para bater palma em comício e para eleger aqueles que sempre representaram os interesses daqueles que não são trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores está demonstrando que os próprios trabalhadores são capazes de eles mesmos comandarem um partido seu e muito mais: o Partido dos Trabalhadores já está demonstrando para toda a sociedade brasileira que os trabalhadores são capazes de exercer mandatos nos Parlamentos, de exercer cargos executivos de fazer Leis e de apresentar uma proposta alternativa, diferente, daquela que toda sociedade brasileira deseja, que é uma sociedade que sirva ao interesse da maioria do povo brasileiro, que são os trabalhadores.

Por isso, este Parlamento, primeiro nesta Casa de Leis que tem um compromisso com uma única classe, que é a classe trabalhadora, se sente satisfeito neste dia em sair de uma pré-convenção desse Partido, quando começa também no Paraná a ganhar peso e a ganhar força cada vez mais um partido que realmente é diferente, um partido composto, fundado, comandado, dirigido pela classe trabalhadora paranaense, por todos aqueles que realmente trabalham, que vivem do seu trabalho e que não vivem sugando, ganhando lucro em cima do trabalho dos outros trabalhadores.

Isso é uma alegria para este Parlamento e para este Partido e creio eu para a política paranaense. E creio eu que essa prática vai realimentar a tão relegada e quase desesperada esperança do povo brasileiro, que quase não acredita mais em mudanças ao qual, aos poucos, este Partido está demonstrando que existe realmente uma força nova: a força da maioria, a força daqueles que trabalham, a força daqueles que estudaram ou não, a força daqueles que



são preto ou branco, homem ou mulher, jovem ou velho, que reza ou que não reza, mas que são trabalhadores que vivem do seu salário, que vivem da sua produção e cada vez mais está se comprovando que esta é a força que nós temos, a esperança que realmente vai impor as mudanças necessárias, as mudanças que contemplarão os princípios e contemplarão os objetivos da maioria do povo brasileiro, que são os próprios trabalhadores.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fica registrado nesta Casa que nós, cada vez mais, temos que acreditar que a maioria do povo brasileiro um dia será o maior poder nesta Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consulta a Liderança do PDS se fará uso do seu horário. DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há três meses atrás assistindo a Rede Manchete de Televisão, assistindo o SBT, assistindo a Rede Bandeirantes, assistindo a Rede Globo. Na tela, eu via o ex-Ministro da Previdência Rafael de Almeida Magalhães, num gesto de estupidez e de violência, batendo um fio para lá e para cá, repudiando o jornal "O Globo" do Rio de Janeiro e a Rede Globo de Televisão. Fiquei atento Senhores, observando, analisando o gesto de revolta do ilustre Ministro da Previdência do meu Partido Político.

Passam-se as horas e os dias. Aparecem outras denúncias que sem licitações, Sua Excelência, o Ministro Raphael de Almeida Magalhães comprara 400 apartamentos. E eu observando atento, analisando, observando. E hoje, para infelicidade minha, o Deputado Hermas Brandão me traz a "Folha de São Paulo", corro atrás de outros jornais, o "Jornal do Estado" e leio. Leio o infeliz pronunciamento do Senhor Raphael de Almeida Magalhães dizendo que foi chamado ao gabinete de Sua Excelência o Senhor Presidente José Sarney e ele diz ao Raphael: "Raphael, quem é o futuro Ministro desta Pasta?" "Bem, eu tenho o meu Ministro, o Deputado Euclides Scaldo." "Não, Raphael, este Deputado não gosta de mim! Não teria Vossa Excelência, Raphael, um outro Deputado?" "Não porque os Deputados do Paraná são batedores de carteiras".

Ora Senhor Presidente, Senhores Deputados, os Deputados do Paraná são batedores de carteiras!

Quer dizer que os Deputados do PFL, os Deputados do PMDB, são batedores de car-

teiras! Está na "Folha de São Paulo". Leiam. Está no "Jornal do Estado". Leiam. E o palhaço aqui chegou até a assinar. O palhaço, o "Deputado Palhaço" Alborghetti, chegou a assinar, pedindo para que Sua Excelência, o Senhor Raphael ficasse na Previdência. Coitadinho! É perseguição. Ele é bonzinho! E o palhaço do Alborghetti assina em baixo.

Recebo um telegrama do Senhor Raphael agradecendo o meu apoioamento...

Hoje levanto feliz porque venho aqui cumprir com as minhas obrigações de Parlamentar, não para "puxar o saco" e bajular, porque não sou capacho de ninguém, chego e o Deputado Hermas Brandão acaba com o meu dia. Arrasou o meu dia. Ele queria acabar com o meu dia! Ele traz "A Folha de São Paulo" onde está escrito que os Deputados Federais do Paraná são batedores de carteiras.

Ora, meus queridos Deputados do PDT, do PTB, meu mestre Erondy Silvério do PFL, meu querido Basílio Zanusso, meus líderes do meu PMDB, do meu Governador Álvaro Dias, o Senhor Raphael de Almeida Magalhães, nos principais jornais da Nação, diz que ou era o Deputado dele ou não, porque os demais Deputados Federais eram batedores de carteiras.

Deixo aqui no Parlamento o meu voto de repúdio e que conste em Ata e nos anais desta Casa, a minha defesa a todos os Deputados Federais deste Estado, desde a Frente Liberal, ao PDT, ao PTB, ao PT, ao PMDB. Os Deputados do meu Estado são pessoas idôneas, são pessoas honestas. E batedor de carteira é ele, porque roubou o povo do meu Estado, o povo do meu País. Fica registrado em Ata o meu voto de repúdio contra esse ex-Ministro que, após sair, foi comemorar a sua vitória tomando whisky e comendo caviar, com dinheiro da miséria, do sofrimento do povo desta Nação brasileira.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antônio Belinati, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado Algaci Túlio, como suplente na CPI do Banco Del Paraná- À Diretoria Legislativa para anotar e ao Senhor Presidente da CPI para decidir sobre as indicações dos ques-



tionários.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando preferência de votação das emendas n°s 2, 3, 4 e 5 ao Projeto de Lei n° 268/87, bem como dos Projetos de Lei n°s 267, 229 e 222/87. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 268/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n°96/87), dispõe que os funcionários públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado, e dos Poderes Legislativo e Judiciário, aplicam-se as disposições dos artigos 3° e 8° do Decreto-Lei n° 2.335, de 12.06.87, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n°2.336, de 15.06.87, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Aprovado, neste turno, o Projeto e a Emenda n° 01 e por apreciar as emendas n°s 02, 03, 04 e 05).

Aprovado nesse turno o Projeto e a Emenda n° 1.

Vamos apreciar as Emendas n°s 2, 3, 4 e 5.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela ordem)- Desculpe Senhor Presidente, escapou da compreensão desta Bancada. Vossa Excelência está colocando em discussão o Projeto 268/87?

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Projeto já está votado. Estão em votação as Emendas n°s 2, 3, 4 e 5.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu encareço que elas sejam lidas. Eu gostaria de encaminhar a votação também.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere.

Emenda de n° 2. (Lê a Emenda).

Em votação a Emenda n°2.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, permaneçam como estão.

Rejeitada a Emenda.

Emenda n°3 - (De autoria de Basílio Zanusso).

O SR. RAFAEL GRECA - Eu encareço Senhor Presidente, que as Emendas todas sejam lidas. Já anteriormente eu havia solicitado, porque assim nós podemos saber o que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Mesmo com as emendas publicadas em avulso, a Presidência defere a solicitação de Vossa Excelência e o Senhor 1° Secretário fará a leitura da Emenda n° 3.

O SR. 1° SECRETÁRIO-(Hermes Brandão) - (Lê emenda n°3).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação a emenda n°3.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem)- Só para esclarecer à Mesa que a leitura confere com a publicação da Ordem do Dia.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar)- Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Realmente a leitura das emendas confere com a publicação no Diário da Assembleia. No entanto, o que não confere é a realidade do Estado brasileiro, é a realidade da sociedade brasileira com a situação proposta pelo projeto do Senhor Governador do Estado para o funcionalismo público do Estado.

A emenda de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso traz uma justificativa que também merece a atenção dos Senhores Deputados.

Diz o nobre Deputado que até o dia 1° de setembro de 1987, a perda salarial dos trabalhadores brasileiros foi de 48,21%, havendo categorias com perdas superiores a esta média.

Diante disso, o reajuste para repor os créditos residuais apurados com base no IPC até maio de 1987, e os reajustes mensais em proporção idêntica à variação da Unidade de Referência de Preços, essa URP do Plano Bresser, mais a perda real causada pela inflação, deverá ser de 93,09%.

Esse montante se justifica e se justifica com base numa extensa tabela que o nobre Deputado anexa à sua emenda. De maneira que nós nos somamos à iniciativa do nobre Líder imaginando já que cairá essa emenda na valeta da inconstitucionalidade, a qual serve também aos interesses do Palácio Iguazu e aos interesses do Governo do Estado, porque hoje se propõe aqui, com foros de grande favor, em dia de feriado consagrado ao Funcionalismo Público, o aumento de 6,27% mais 6,27% mais 6,27%, que é exatamente de 20,02%, capitalizados em novembro. Este aumento é o que determina o Plano Bresser! No entanto, o Plano Bresser já passa a valer só para os cidadãos de

segunda classe deste País.

Não há de ver que os jornais desta manhã, e os jornais da manhã de ontem, e os grandes jornais desta República, já falam num aumento dos militares de 41% e já se fala também num aumento para o funcionalismo civil da União, na mesma proporção, no mesmo percentual. São os nossos funcionários cidadãos de segunda classe?

De maneira, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que ao encarecer o apoio à emenda do nobre Deputado Basílio Zanusso, que quer regular algumas categorias funcionais e equipará-las, eu encareço à Liderança do Governo, nesta Assembléia, e ao Governador Álvaro Dias, que usem a mesma medida que usa o Planalto com o seu funcionalismo. Se dê aos nossos funcionários o mesmo aumento que se está dando aos militares, se dê aos nossos funcionários o mesmo aumento que se está dando ao pessoal civil da União. Porque a nossa gente não come elogios, a nossa gente não vive da cerimônia do feriado, do que vai na mídia televisiva e impressa. A nossa gente vive de pão, de leite, de carne, de proteína, de todas as coisas que se vendem nos supermercados, e que já desespera, inclusive as famílias dos militares. Aliás, não sei se viram a população de Apucarana, nas ruas, numa passeata, um pouco histérica, para o gosto desta Liderança, no entanto de se considerar, porque civil e de apoio àquele capitão, que, ensandecido, invadiu a Prefeitura e contestou o poder político daquela cidade entroncamento do Norte do Estado do Paraná! Vai, no meio do povo um desencanto muito grande com a classe política. Emendas como a do Deputado Basílio Zanusso fazem com que esta Assembléia ainda adquira algum brilho e alguma importância. A vala comum da inconstitucionalidade e a servidão ao interesse do Palácio, não serve ao Brasil, não semeia aqui o tempo da luz, e nós ficamos com o Palácio iluminado pela presença de Leonardo da Vinci, a examinar o humanismo como uma coisa do passado, a examinar as grandes conquistas da humanidade como estandarte de um tempo que passou, e com brilho de uma era onde os gênios passaram, deixaram o seu testemunho, e só merecem ser admirados!

Nós não queremos assim! Nós queremos o renascimento da classe política do Estado! Por isso, nós encarecemos, aproveitando a vizinhança luminosa do espírito de Leonardo da Vinci, que, com suas engenhocas, aratacas, helicópteros, e macacos hidráulicos, e projetores de luz, está sediado no Palácio Iguazu, nós encarecemos ao Governador, nós encarecemos aos Deputados, que transformem este momento de votação, no Dia do Funcionalismo Público, em real ocasião de equiparação salarial. Que valha

a mesma medida dos militares e dos funcionários civis da União, para os funcionários do Estado! Que valha a medida da luz, a medida da certeza, a medida do humanismo que não permite economia com o bolso dos que estão aviltados!

Deputado Basílio Zanusso, receba os parabéns da liderança do PDT, da bancada do PDT, por mim representada, pela sua emenda, receba o líder do PMDB o apelo, de que ao invés dos 20,02% de emendas acumuladas, que se dá ao funcionalismo público como grande favor, já pense o nosso Palácio na medida de Brasília, e na medida da realidade. E pense em iluminar as decisões desta tarde com a ponderação em cima do real e não em cima do defasado. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação a Emenda n. 3.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Para encaminhar, tem a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. Nós votaremos hoje a Mensagem Governamental n. 96/87, que foi transformada em Projeto de Lei, nesta Casa, e como tem diversas emendas de Plenário eu gostaria de fazer uma rápida colocação.

Primeiro lugar, eu democraticamente concordo com posicionamentos dos Deputados de oposição, até porque todos nós, nesta Casa, temos plena consciência de que a galinha põe o ovo, mas na Festa de Páscoa os outros o pintam.

Mas não posso concordar com o Deputado Rafael Greca quando fala em subserviência, até porque Deputado Rafael Greca, tenho profundo respeito por todos os Parlamentares desta Casa e pela convivência mais assídua, principalmente com os colegas do PMDB. E não posso admitir que do alto da sua intelectualidade queira Vossa Excelência ser a única pessoa certa nesta Casa, achando que qualquer ato nosso seja de subserviência.

Nós temos consciência, nós temos postura, nós temos decisão própria e muitas e muitas vezes provamos isso nessa Casa, assumindo posições contrárias aos interesses do Executivo, e não será a última vez que isso vai acontecer. No entanto, veja Vossa Excelência com todo o mérito que sirva até para trabalharmos junto ao Executivo a proposta do Deputado Basílio Zanusso. A proposta não está alterando a Mensagem que nós estamos votando.

A proposta está alterando a Lei n. 77/84, que não é a Lei que nós estamos vo-

tando. Não trata de um aumento, trata-se de uma reclassificação. De modo que é uma coisa muito mais profunda do que aquilo que nós estamos votando hoje. Acho salutar a Emenda e falei isso ao Deputado Basílio Zanusso, acho-a salutar até como subsídio para que possamos trabalhar em cima da sua proposta.

No entanto, como se trata de reclassificação de funções, aonde médicos, dentistas, taquígrafas e tantos outros funcionários tenham posições diferenciadas na sua Mensagem, é uma coisa que existe do Poder Público um estudo muito mais profundo.

Em segundo lugar, encaminhei a votação nesta Emenda para que esta Casa tenha consciência clara do que nós estamos votando.

A Mensagem Governamental diz o seguinte na exposição de motivos do Governo: "Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso Projeto de Lei de todos os funcionários públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas. o Poder Legislativo e Judiciário, apliquem-se as disposições do artigo 3º e 8º do Decreto Lei nº 2335, de junho de 1987, com alterações e tal e tal e vai por aí".

E em momento algum, e aí me permita Deputado Luiz Carlos Alborghetti, plagiar Vossa Excelência e dizer aqui "Alô, alô, servidor público do Paraná", esta mensagem não é mensagem de aumento.

Nós não estamos aqui dizendo que o Governo está dando um aumento de 6,27% na somatória da URP com mais a somatória do resíduo. É uma adaptação ao resíduo que o trabalhador tem, de direito, com mais a variação da URP para podermos dar, nos três meses de setembro, outubro e novembro, a consequência do congelamento salarial ocorrido no Plano Bresser. A discussão de aumento salarial do servidor público do Paraná, não está embutida neste Projeto, o servidor público do Paraná terá o seu aumento, fora disso aqui, que é, apenas o pagamento do resíduo e da variação da URP. Então, não venhamos tentar vender a imagem de que o Governador Álvaro Dias está mandando para a Assembléia, uma mensagem de aumento de 6,27% ao servidor público do Paraná. Não é isso, companheiros! Nós estamos adaptando e pagando o resíduo, por isso eu gostaria que esta Assembléia, de sua consciência votando a Mensagem Governamental, soubesse que estamos trazendo um benefício pequeno, mas estamos trazendo para o mês de novembro, a implantação de mais de 20% na folha do nosso servidor, e que, isso, para o servidor sofrido, já é uma ajuda substancial, e, evidentemente, na virada do mês de novembro haverá aplicação do novo índice, acumulado dos três meses, e certamente uma negocia-

ção de reajuste salarial, entre o servidor e o Governo do Estado do Paraná.

Por isso, Senhores Parlamentares, nesta votação, as Emendas apresentadas, pela análise feita por esse Parlamentar, algumas profundas, que tentam reclassificação de cargos, no Estado do Paraná; temos que ter a noção clara de que não é possível ter uma Emenda de 2. Discussão em Plenário, aceitando-se uma reclassificação envolvendo mais de 180 mil trabalhadores públicos do Paraná. Não é a questão da constitucionalidade, é a questão do trabalho que venha a ser feito para que não se cometam injustiças ao servidor público do Paraná, numa reclassificação proposta em Plenário em 2. Votação, que nenhum de nós poderá de sua consciência afirmar que venha atingir os objetivos, que é a luta do servidor público do nosso Estado.

E quero aqui aproveitar para dizer que muito tem que ser feito pelo trabalhador desta Nação, pelo trabalhador civil, pelo trabalhador público, o servidor público que precisa ser tratado com respeito, com dignidade, para poder render, mas é inegável que temos tido avanço substancial do servidor público do Paraná, e é inegável que a disposição de continuar buscando essa meta existe, e é inegável também, que precisamos conciliar o Orçamento, parco, do Estado do Paraná, entre pagamento de servidores e realização e obras sociais, porque em determinados momentos, quando apenas votamos nesta Casa, quando se enchem as galerias, quando se quer pura e simplesmente fazer média, por ocasião de qualquer Projeto que se vote aqui, pensa-se que nós somos uma fonte inesgotável de recursos, pensamos, talvez, que o Estado do Paraná, venha a trabalhar na produção da lavoura, do comércio, da indústria, do profissional liberal, para consumirmos mais de 100% da Receita arrecadada neste Estado para pagarmos o funcionamento da sua máquina.

Há de cada um ter a sua plena consciência de que o nosso discurso tem que ser calcado na nossa prática e que o nosso medo de ser simpático ou antipático, deve ceder ao posicionamento ideológico, e da razão de cada um de nós, sob pena de ser falácia quando aqui pedirmos aplicação de verbas para o social, e pedirmos obras do Estado e pedirmos construção de escolas, de hospitais, de creches, de rodovias, apoio aos Municípios e, por outro lado, entramos com propostas tentando fazer com que o funcionalismo público tenha 100% de aumento, comprometendo, então, com esse aumento, mais de 150% do Orçamento do Estado que, sem dúvida alguma, teria de paralisar todas as obras sociais, em detrimento ao gasto com sua máquina funcional.

Acredito que o Governador Álvaro Dias tem dado plena consciência do seu intuito de fazer com que baixe a Folha de Pagamento não o sacrifício do trabalhador, mas o enxugamento da máquina administrativa do Estado do Paraná, na dispensa do funcionário fantasma, na anexação de órgãos com as mesmas posições, para que dessa forma possamos retribuir o esforço do servidor público, mas ao mesmo tempo não gastarmos todo o dinheiro gerado pelo Paraná apenas na sua máquina administrativa, deixando de lado o lado social que cada um de nós que sobe na tribuna tem cobrado insistentemente.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, encaminhamos esta Emenda para chamar a atenção de que o que estamos votando hoje é o pagamento do resíduo salarial (retirado o scm).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço a Vossa Excelência.

Está se propondo um aumento e este será discutido oportunamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua em votação a Emenda nº 3.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados.

O Deputado Caíto Quintana argumenta, com razão, quando diz que estamos examinando, apreciando e discutindo uma mensagem que não é de aumento de vencimento. Realmente, o que nós estamos votando é o ajustamento ao Decreto nº 2.335 de 02 de agosto de 1987, do Ministro Bresser, que na oportunidade congelou salários, vencimentos e preços e os funcionários vão receber cerca de 20% em três parcelas.

Nós aguardamos que o Sr. Governador do Estado tome a iniciativa, no prazo mais curto possível, de encaminhar a esta Casa proposta de aumento real dos vencimentos dos funcionários públicos, porque é indiscutível a inflação galopante, os reajustes dos preços nos mercados e no comércio, dia a dia.

Não serão agora seis parcelas de 6,4% que vão resolver o ajuste que reclama desde o último aumento de vencimentos que foi em dezembro de 1986, depois do congelamento do Bresser, que não congelou nada além do salário do trabalhador. Nós esperamos que o Deputado Caíto Quintana e a Bancada do PMDB questionem junto ao Sr. Governador para, a exemplo do Governador do Rio, que encaminhou à Assembléia proposta de aumento de cerca de 70%, que o Sr. Governador,

dentro das possibilidades econômicas, financeiras do Estado, também providencie, realmente, o aumento de vencimentos do funcionalismo.

Este Deputado, nesta oportunidade, Sr. Presidente, limitou-se a apresentar duas emendas, tendo sido a primeira derrubada pela Bancada Governista. Nesta visava que fosse reparada uma falha, um lapso da Administração desta Casa, com relação a alguns funcionários nossos. Desculpe, esta é a Emenda que estamos discutindo agora. A Emenda nº 2 tratava da equiparação dos vencimentos dos três poderes, inclusive Tribunal de Contas. Não se justifica que advogados do Poder Legislativo tenham um vencimento, os do Tribunal de Justiça outro, e os do Poder Executivo outro. Em 1979 e 1980 o Paraná e os Poderes constituídos andaram bem próximos da equiparação salarial que se procurou e se perseguiu há tanto tempo. Daí para cá as coisas não andaram bem e estamos distanciados um do outro Poder. E lamentavelmente a Emenda foi rejeitada. E o que estamos discutindo aqui é a Emenda nº 3 de autoria deste Deputado para que, repito, se corrija um lapso na administração desta Casa com relação especialmente aos vencimentos de jornalistas e médicos. Esse é o nosso propósito, não vai além disso.

Nós sabemos previamente qual o destino desta Emenda de nº 2. E queria encerrar as minhas palavras e dizer que nós estaremos atentos à apreciação do Sr. Governador quando da Emenda aprovada nesta Casa na oportunidade da 1ª Discussão do Projeto nº 96/87, de autoria da Liderança e da Bancada do PMDB que dispõe o seguinte, dá a seguinte redação ao § 3º do art. 2º do anteprojeto de lei enviado através de Mensagem nº 96/87, art. 2º, § 3º, "Não serão levados em conta para os efeitos deste artigo a gratificação especial instituída pela Lei nº 7770 de 15 de dezembro de 1983, os valores originados e adicionados pelo tempo de serviço, observado quanto aos militares o que determina a Lei nº 8434 de 24 de dezembro de 1985".

Esta Emenda esta Casa aprovou em 1ª Discussão. Agora fica a pergunta e a minha observação, Sr. Presidente: a única coisa que inova a Mensagem do Sr. Governador, que não cinge ao Decreto Bresser, é quando ele procura no art. 2º estabelecer um teto de Cz\$ 100 mil cruzados os maiores vencimentos dos funcionários públicos do Estado. E a Emenda aprovada nesta Casa pela Bancada do PMDB altera totalmente o art. 2º.

Portanto, se o Sr. Governador sancionar o Projeto de forma que for daqui com a Emenda aprovada por sua Bancada, nós vamos nos reservar para voltar ao assunto após a sanção deste Projeto para ver qual será a

atitude do Sr. Governador, se ele vai vetar ou vai sancionar. Se sancionar, o Sr. Governador volta atrás em poucos dias de uma iniciativa sua de estabelecer e definir no Paraná um teto de vencimento do funcionário público no valor de Cz\$ 100 mil cruzados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Em votação a Emenda nº 3. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. A Emenda está rejeitada.

Está em votação a Emenda nº 4, de autoria do Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Para encaminhar, concedemos a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós votamos hoje, nesta casa, o Projeto que na verdade não trata de um aumento salarial, mas sim do cumprimento de uma Lei Federal, nada além disso. E nós discutimos inclusive neste momento uma emenda a um substitutivo geral de nossa autoria, visando tão somente dar a nossa modesta colaboração no aperfeiçoamento deste Projeto.

Mas é necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se diga aqui que diversos fatores deram razão a este substitutivo. Fatores e fatos lamentáveis ocorridos inclusive durante a 1ª Discussão deste Projeto. Este Projeto, Srs. Deputados, foi votado em 2ª Discussão contrariando todas as normas pertinentes. Mas, evidentemente, que sobre este assunto eu não vou discutir hoje, vim apenas procurar trazer a minha modesta contribuição a este Projeto.

Vejam do que trata o meu substitutivo: (Lê):

"Dispõe sobre reajuste salarial aos funcionários públicos do Estado e dá outras providências".

Art. 1º - Aplicam-se as disposições dos artigos 3º e 8º do Decreto-Lei nº 2.335 de 12 de junho de 1987, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 2.336 de 15 de junho de 1987, aos funcionários públicos do Estado, estatutários e celetistas.

Parágrafo Único - O Poder Executivo fará publicar, periodicamente, as tabelas de vencimentos do pessoal civil e militar, com os acréscimos determinados na forma dos decretos-leis referidos no "caput" deste artigo.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior não se aplica, no corrente exercício

financeiro, aos servidores, ativos, inativos ou pensionistas, que, no mês de agosto, tenham percebido, a qualquer título, remuneração, vencimentos, proventos ou benefícios, superiores a Cz\$ 100 mil cruzados.

Parágrafo Único - As cotas de salário-família e diferença de remuneração decorrente do Decreto nº 774 de 30 de maio de 1987, relativas a meses anteriores, são excluídas das disposições deste artigo.

Art. 3º - Para o servidor alcançado pelo disposto no artigo 2º, "caput" serão aplicadas as tabelas de vencimentos vigentes no mês de agosto, até o final do presente exercício.

§ 1º - Quando o limite for alcançado em razão de novas alterações na tabela de vencimentos, ainda no presente ano serão aplicadas as tabelas usadas no mês anterior àquele em que este for alcançado, até o final do exercício.

§ 2º - O disposto no artigo 2º não valerá para concessão da gratificação especial instituída pela Lei nº 7.770 de 13 de dezembro de 1983, observando-se, quanto ao pessoal militar, o determinado na Lei nº 8.434, de 24 de dezembro de 1986.

Art. 4º - O disposto na presente lei não se aplica aos servidores integrantes do Quadro do Magistério Público do Estado, salvo quanto ao limite de remuneração estabelecido no artigo 2º, devendo os reajustes de seus vencimentos serem feitos dentro dos critérios previstos na Lei nº 8.427, de 11 de dezembro de 1986.

Art. 5º - Os efeitos financeiros desta lei serão devidos a partir de 1º de setembro do presente exercício.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Os Senhores puderam sentir que a redação da Mensagem realmente é bastante defeituosa. A confusão é muito grande. Realmente não sabemos bem a que vem esta confusão redacional, se vem porque o Executivo carece de assessores no campo legislativo ou se vem para funcionar como cortina de fumaça para que não saibam os funcionários que, na realidade, vão apenas receber o resíduo salarial já autorizado pelos decretos federais. De qualquer forma, decidimos apresentar esse substitutivo geral, que nada muda, apenas tenta, com humildade e boa vontade, melhorar, no nosso entendimento, um pouco a redação do Projeto. Porque na realidade não cabem outras emendas, pois não se trata de aplicar a Lei. Trata-se apenas de se estar aplicando neste momento a Lei Federal relativa ao resíduo.

A nossa posição nesta casa tem sido a de contribuir sempre para o aperfeiçoamento, para o engrandecimento do Legislativo. Fazemos aqui o que procuramos fazer no Legislativo da Capital. Se os nobres Srs.

Deputados entenderem que este substitutivo pode contribuir em alguma coisa para o aprimoramento da Lei, desde já somos gratos. Se, ao contrário, entenderem que Deputados da Oposição não têm direito a contribuir para melhorar o processo legislativo, paciência, nós lamentamos.

O Deputado Caíto Quintana, quando assumiu a tribuna, disse que o Governo pretende aplicar uma verba muito grande em assistência social. Mas, na verdade, já dando uma analisada por cima, no orçamento que aí está, podemos sentir que somente o gabinete da governadoria vai gastar Cz\$ 2 milhões de cruzados por dia em divulgação, Cz\$ 760 milhões por ano, o que dá aproximadamente 100 mil segundos no horário nobre da televisão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não quero ser indelicado com o Deputado Algaci Túlio, só que o Regimento Interno prevê a discussão da matéria em votação e o Deputado está avançando no Orçamento. Gostaríamos que transferíssemos esta discussão do Orçamento para o instante que estivermos discutindo sobre este assunto na Assembléia. Prometo que não me furtarei em debater com Vossa Excelência sobre este assunto. Mas não iremos avançar em discussão do Orçamento, do Plano Plurianual, quando estamos aqui discutindo o aumento do servidor.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Procede a Questão de Ordem. A Mesa solicita ao Sr. Deputado que se atenha à matéria em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, estou me atendo à matéria e tenho que, evidentemente, tocar em alguns assuntos para que possa dar conteúdo à minha discussão. Acho que não fugi da matéria até este momento, apenas estou dando um esclarecimento em relação àquilo que o nobre Deputado Caíto Quintana falou. Ele falou em assistência social e hoje não se discute aqui assistência social. Discute-se este cumprimento dos resíduos salariais que o Governador Álvaro Dias está, nada mais, nada menos, e por obrigação, está cumprindo. Apenas estava dando um detalhe com relação a este fato.

Na verdade, completando este raciocínio, estamos encaminhando à Mesa uma proposição pedindo a cópia da ata e das notas taquigráficas da sessão, para elaborarmos uma Questão de Ordem. Não pretendemos, de forma alguma, colocar tropeços à aprovação do Projeto que visa, na verdade, cumprir

uma Lei Federal. E é bom que se diga isto. Apenas queremos fazer com que o direito das minorias seja respeitado nesta Casa, porque o que aconteceu na manhã da última quinta-feira foi lamentável, quando a minoria não teve sequer a condição e o direito de discutir esta matéria. Em momento algum pretendeu a Oposição, ao sair do Plenário, deixar de aprovar esta matéria, contrariando inclusive as notícias de companheiros Parlamentares da Situação, querendo jogar sobre a Oposição a responsabilidade pelo emperramento desta matéria, o que não é verdade. Amanhã discutiremos no todo este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua em votação a emenda.

Emenda REJEITADA.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Pelo que podemos constatar, a emenda foi aprovada. Apenas três Deputados da Situação levantaram.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Cabe a Vossa Excelência o direito de pedir a verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, declino da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Havendo declinado, a Mesa irá proceder à verificação de votação.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, por gentileza.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - De qualquer maneira, muito embora eu sinto que a Situação vai votar contrária a esta Emenda, eu já me considero satisfeito porque entendi e pude observar que quando Vossa Excelência a colocou em votação, ela foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa irá proceder à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam a Emenda, queiram levantar-se.

Como vota o Deputado Lindolfo Júnior?

É a favor da Emenda ou contrário a

ela?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - A favor.

Oito Srs. Deputados aprovam. Vinte e um Srs. Deputados rejeitam.

Está REJEITADA a Emenda.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Apenas eu quero neste momento, registrar em nome das Bancadas de Oposição, a posição tomada pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti que votou pela Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Em votação a Emenda nº 5, de autoria do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Para encaminhar a votação, Vossa Excelência tem a palavra por dez minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Certamente o Líder da Bancada do PMDB já manifestou a posição governista com relação a esta Emenda, que por certo ela não tem muita importância para o Governo do Estado do Paraná, e demonstra claramente a sua posição e o seu tratamento com relação a um segmento importante dos trabalhadores do Paraná, que é o funcionalismo público estadual.

Essa Emenda que estamos propondo, ela se baseia na seguinte justificativa: (Lê):

Até 1º de setembro de 1987, a perda salarial dos trabalhadores brasileiros foi de 48,21% (Média Ponderada), havendo categorias com perda superior a esta média. Diante disso, o reajuste salarial para repor os créditos residuais apurados com base no IPC até maio de 1987, os reajustes mensais em proporção idêntica à variação da Unidade de Referência de Preços - URP, mais a perda causada pela inflação real deverá ser de 93,09%. (Vide anexo I).

Este montante se justifica, pois está baseado nos cálculos do DIEESE, que comprovam que o reajuste necessário para repor as perdas salariais até 1º de setembro de 1987 deveria ser, conforme as datas bases, de:

Janeiro	90,37%
fevereiro	95,54%
março	105,47%
abril	80,05%
maio	78,60%
junho	73,94%
julho	83,48%
agosto	85,25%
setembro	82,22%
outubro	114,99%
novembro	110,93%

dezembro 104,21% (Vide anexo II).

O Ministério do Trabalho, em recentes julgamentos, ao julgar os Dissídios Coletivos dos Bancários, deu os seguintes reajustes:

Banco do Brasil	44,56%
Caixa Econômica Federal	45,00%
Bancários (Bancos Particulares)	57,02%

Isto vem confirmar que a inflação está sendo maior do que a anunciada e, por isto, justifica-se que os funcionários reivindiquem reajustes conforme a realidade.

O Governo Federal está propondo os seguintes índices para os Militares:

resíduo	6,27%
aumento salarial	47,77% (Vide anexo III).

#### EMENDA

- Não é possível também pagar os reajustes em 6 parcelas, pois os funcionários públicos não tem como fazer frente a inflação e a defasagem de seus salários.

Sala das Sessões, em 23.10.87.

(a) PEDRO TONELLI

Dep. Estadual do PT

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Só para comunicar ao ilustre Deputado Pedro Tonelli que todos possuem a justificativa da Emenda apresentada pelo ilustre Deputado. Assim ele poderia fazer novos argumentos e não ler aquilo que todo mundo tem em mãos e já se conhece.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu vou ler e digo a Vossa Excelência que vou trazer novos argumentos porque até agora o seu Líder Caíto Quintana, na tribuna não reconheceu e não entendeu a justificativa.

E digo ao Sr. Presidente e as Suas Excelências aqui presentes que o arrocho salarial de funcionalismo público e de todos os trabalhadores deste Estado na média foi de 93% e houve categorias que sofreram mais de 100% de arrocho.

Provas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Ministério do Trabalho em recentes julgamentos que fez de dissídios, de desentendimentos entre a classe patronal e os trabalhadores e temos vários exemplos. Exemplos bancários. Ao Banco do Brasil, o Ministério do Trabalho deu 44% de aumento; à Caixa Econômica, 45% de aumento.

Nós estamos colocando isso para confirmar que eu não sei de onde o Governo do Estado do Paraná tirou 6,27% para justificar arrocho salarial. Isso não é aumento pagar o arrocho, pois o DIEESE divulgou, através do seu levantamento, que durante o



Plano Funaro e Plano Bresser, o arrocho foi de 93%, na média. Então, de onde ele tirou o número de 6,27%?

E digo mais, Sr. Presidente, o Governo Federal está propondo e deu para os militares 47,77% de aumento, só com base, creio eu, na simples ocupação de uma prefeitura.

Será que os funcionários públicos deste Estado terão de ocupar a Prefeitura de Sapopema e a Prefeitura de Salto do Lontra para terem o seu reajuste?

Será que nós Parlamentares deste Estado não temos que levantar a voz e representar esta categoria tão importante nesse Estado do Paraná?

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, do PT, não podemos admitir e concordar que se pague 6,27% a título de recuperação do arrocho salarial e nem que seja parcelado. É uma vergonha parcelar 6,27%.

Por isso, é que estamos propondo 93% e pagável de uma só vez, sem parcelamento. Isso porque reconhecemos que isso é muito mais do que justo, não é nenhuma "lambuja" como se diz, vulgarmente, ali na roça.

E digo mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os professores das universidades tiveram um reajuste de mais de 50% e por que será que os outros professores terão que ter um reajuste de 6%?

E concordo com o que os Deputados Basílio Zanusso e Algaci Túlio já colocaram: precisamos de isonomia. Todos os trabalhadores terão que ter o mesmo tratamento. A luta é esta.

Os funcionários da Secretaria da Agricultura tiveram o reajuste de 45% e segundo eles e a sua Associação, anunciam que o arrocho, para eles foi de 75%, neste período do Plano Cruzado, primeiro e segundo, Funaro e Bresser. Os engenheiros tiveram o reajuste de quando o arrocho foi de 151%. Temos o pessoal da SUREHMA, que também teve um arrocho de mais de 150%, Sr. Presidente, Srs. Deputados. E, digo mais, o próprio Secretário da Administração do Estado do Paraná, anuncia e anunciou o próprio Secretário das Finanças anuncia e anunciou de que houve um aumento relevante na arrecadação de ICM no Estado do Paraná. E agora, presenciamos o Líder da Bancada do PMDB, dizendo que se der mais de 6,27% para o funcionalismo público estadual, certamente vai faltar dinheiro para fazer obras sociais.

Irrigação é obra social, Srs. Deputados? É obra social para que tipo de sociedade? Para meia dúzia de fazendeiros privilegiados? Construir barragens, no Paraná, de 700 milhões de dólares de aval, isso é obra social? Para quem, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Construir a Ferrovia da Produção, isso é obra social para quem?

Para o povo do Paraná, ou para meia dúzia de paranaenses e de brasileiros de trustes internacionais, que já estão de barriga cheia já faz muito tempo!

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos por a mão na consciência e vamos dar destinação social aos recursos que são da sociedade deste Estado, melhorando, a começar pelos seus ganhos, senão estaremos cometendo o maior pecado da História, que é o pecado da omissão.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação a Emenda de nº 5.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para Encaminhar) -

Apenas para dizer, Sr. Presidente e para não deixar em branco, primeiro que é interessantíssimo ver a demagogia campeando solta. Confunde-se irrigação com benefício de grande produtor, quando na verdade, tem a ver é com produção, e o que importa a este País é produzir. Mas, eu quero dizer, neste encaminhamento, uma vez mais que o que eu disse na tribuna, e que me parece o Deputado Pedro Tonelli não ouviu além de não ter estudado o Projeto em seu Gabinete. Quando se fala de DÍESES, quando se fala em defasagem salarial, eu quero, uma vez mais deixar claro a posição pessoal deste Deputado. Nós não estamos votando reajuste salarial. Não adianta demagogia em cima do trabalhador público do Paraná, porque o trabalhador sabe, que a data do reajuste salarial é em janeiro, e que terá o reajuste antecipado, provavelmente em dezembro, e que, possivelmente, antes do fim do ano, o Governo mande para a Assembléia o reajuste do trabalhador. Nós estamos discutindo aqui o pagamento do resíduo salarial e a variação da URP. Só! O resto é cascata de quem quer fazer demagogia sem se importar o quanto vai de comida no prato do trabalhador! E eu peço a esta Bancada, e a esta Casa que votemos esta matéria na sua essência, para que pelo menos 20% desta variação da URP e do resíduo salarial seja implantado agora, no mês de novembro, na folha do trabalhador paranaense.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Eu simplesmente indago, não entendi quando é que os trabalhadores...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, ele não fundamentou sua Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação a Emenda nº 5. Rejeitada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de

votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela ordem) - Sr. Presidente, requero chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) - (Inicia a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, retiro a solicitação de chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Havendo sido retirada a solicitação de chamada nominal, será procedida à verificação de votação, atendendo Questão de Ordem do Sr. Deputado Pedro Tonelli.

Em votação a Emenda nº 5. Nove Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitada a Emenda.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu contei 12 Srs. Deputados que aprovam.

Solicito nova verificação de votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, é matéria vencida e o Deputado não justificou o seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Projeto de Lei nº 268/87 irá à 3ª Votação, na próxima sessão.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 86/87), objetivando alterar dispositivos da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980. (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Projeto ressaltadas as Emendas; Aprovado o Projeto.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de

votação.

Em votação o Projeto. Trinta Srs. Deputados aprovam; 01 Sr. Deputado rejeita. Aprovado o Projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito que seja registrado em Ata o voto contrário do Deputado Pedro Tonelli à criação das Comarcas propostas, no Estado do Paraná, nesse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere.

Emenda n. 1, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli. A Mesa deixa de receber a citada Emenda, com base no Artigo 91 da Constituição do Estado que diz: "Cabe privativamente ao Tribunal de Justiça, propor ao Poder Legislativo, a alteração da organização e da divisão judiciárias, vedadas Emendas estranhas ao objeto de proposta, ou que determinem aumento de despesas".

Em função da Constituição do Estado, deixamos de receber.

Igualmente, a Emenda n. 2, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Emenda anterior, é de autoria de quem?

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, ambas de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Emenda n. 3 de autoria do Deputado Gernote Kirinus, foi retirada pelo autor.

A Emenda n. 4 está sendo aceita e está em votação por tratar-se apenas de uma Emenda corretiva, que diz:

"Ficam suprimidos do anexo referido pelo artigo 12 do Projeto de Lei 86/87, na parte que se refere a delimitação territorial, da 3ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Guarapuava, as expressões o Município de Inácio Martins".

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Para Encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Com a palavra, para encaminhar o Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu retiro o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em votação a Emenda. APROVADA.

O Projeto também está, conseqüentemente, APROVADO.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 229/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 222/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação Cultural Beneficente da Raça Negra - APRONEGRO", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 129/87, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que denomina Escola Estadual Maria Scaramella Moreira - Ensino de 1º Grau a Escola Estadual do DER, localizada no Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 171/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Dr. Tancredo de Almeida Neves", com sede e foro em Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 172/87, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Teobaldo Vitorio Machado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 196/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o "Grupo de Estudos Espíritas Dr. Bezzer de Menezes", com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM RE-

GIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 201/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inácio Martins", com sede e foro no Município de Inácio Martins. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 205/87, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública a "Associação Cristã de Doentes e Deficientes Físicos - ACDD", com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 210/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Oscar Martinez. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 214/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o "Lar Evangélico Estrela de Belém", com sede e foro no Município de Mandaguari. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 223/87, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a Flávio de Castro Martinez. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 55/87 (Mensagem n. 61/87 ex-Proposição n. 61/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio n. 262/86, celebrado em 23/07/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e o Município de Cascavel, objetivando aplicação de recursos financeiros na implantação do Projeto "Pró-Criança". EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio dos Senhores Deputados Hermas Brandão e José Afonso Júnior constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Levy Lima Lopes, desta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 250/87, de sua autoria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos dirigentes e funcionários da COPEL, pela passagem do 33º aniversário de sua implantação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Deputado Borges da Silveira, pela sua investidura como Ministro da Saúde. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da L.B.A., encarecendo auxílio financeiro para a Creche Mônica, do Município de Mamborê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche São José, localizada no Jardim Alvorada, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo o fortalecimento do Ministério da Cultura, através de maior dotação orçamentária e prestigamento das atividades daquele órgão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Liga de Combate ao Câncer, desta Capital, pela comemoração dos seus 40 anos de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos veículos de comunicação TV Paranaense Canal 12, e ao Jornal O Paraná, do Município de Cascavel, pelas reportagens sobre os riscos do Raio X às pessoas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário das Finanças e ao Presidente da APAVI, manifestando apoio às reivindicações da APAVI, formuladas no fórum de debates realizado no Município de Nova Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a consagração de uma nova data para a Comemoração do "Dia do Servidor Público", aos Funcionários da Assembleia Legislativa do Paraná, em virtude da realização de sessão no dia em que deveria ser comemorada a data. **À Comissão Executiva para apreciar.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Jaime Zlotinik, pela palestra proferida no Plenarinho desta Casa, alertando sobre os efeitos do fumo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela eleição dos Senhores Coronéis PM, Eliseu Furquim e Rubens Akibach, para Presidente e Vice-Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações sobre a venda de ações da PETROBRÁS, pertencentes ao Governo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Reitor da Universidade Federal do Paraná, manifestando apoio às atitudes por ele tomadas por ocasião da sua recusa em participar da solenidade de formatura dos Engenheiros Agrônomos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Reitor e Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, congratulando-o e solidarizando-se com a decisão de anular a solenidade de formatura da turma de Engenheiros Agrônomos. **Em votação.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu requeiro verificação de votação.

- O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu solicito chamada nominal.
- O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu retiro o meu pedido de verificação de votação.
- O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu retiro o meu pedido de chamada nominal.
- O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está aprovado o requerimento.
- O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu pedi pela ordem, verificação de votação.
- O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vamos proceder à verificação...
- O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Antes Vossa Excelência anuncie se foi aprovada ou não, ou adiada.
- O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está aprovado. Então, nós vamos proceder à verificação.
- O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Não, Senhor. Mas antes que Vossa Excelência anunciasse o resultado da votação, eu pedi a Vossa Excelência que determinasse verificação de votação porque não há "quorum" na Casa.
- O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Excelência, a Mesa só poderia fazer verificação de votação depois de proclamado o resultado. Vossa excelência insiste na verificação de votação?
- O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Vossa Excelência não pode...
- O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Então, a Mesa irá proceder à verificação de votação depois da matéria aprovada.
- O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.
- O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior). A Mesa defere e o Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal.
- O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, desculpe a minha insistência, mas eu estou há longos anos nesta Casa e não posso levar atestado de burrice, quando Vossa Excelência põe em votação o requerimento. Vossa Excelência pôs em votação e não há "quorum"; só posso pedir verificação de "quorum" se Vossa Excelência anunciar a matéria em votação. Foi o que este Deputado fez. Vossa Excelência pôs em votação e eu solicitei que

Vossa Excelência verificasse o número de Deputados e Vossa Excelência data vênha, no meu entendimento, respeitosamente, não pode prejudicar ou pré-anunciar.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Embora eu esteja há menos tempo que Vossa Excelência nesta Casa, entendo que verificação de "quorum" só é possível fazer com chamada nominal.

Vamos então proceder à chamada nominal requerida pelo Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Responderam à chamada nominal 20 Senhores Deputados. Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

A Mesa concede a palavra para falar em explicações pessoais, ao Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Tem a palavra pela ordem o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu simplesmente gostaria de registrar nos Anais desta Casa, o motivo pelo qual pedi verificação naquele Projeto de Lei nº 267/87, pois foi para dar cumprimento ao que determina o art. 26 da Constituição Estadual, porque eram necessários 2/3 para votar o referido Projeto. Foi simplesmente esse o motivo. A justificativa alegada pelo Líder Caíto Quintana está prevendo o que vai acontecer amanhã e esse vidente para nós não serve, por isso está justificado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior). A Mesa informa ao ilustre Deputado que a matéria não exige o "quorum" de 2/3.

O Deputado Domingos Scarpellini tem a palavra.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de fazer um breve relato sobre o acontecimento de Apucarana, sobre a situação em que vivemos e que o episódio daquela cidade trouxe algumas novidades para a política nacional. Não considero o episódio de Apucarana um fato isolado. Entendo também que o Capitão Luiz Fernando de Almeida não sofre de nenhuma doença mental. O Capitão fez a invasão à Prefei-

tura Municipal de Apucarana em sua consciência e, dentro do nosso entendimento, não é um fato isolado e que não tinha conhecimento de outros militares.

O Capitão Luiz Fernando Valter de Almeida, ao invadir a Prefeitura Municipal de Apucarana, na última semana, o fez em função de que neste País não se puniu e não se pune os responsáveis por crimes, quando estes são ligados e vinculados aos poderosos. O crime praticado no Rio Centro não teve punição. Assim como não foram punidos aqueles que torturaram Wladimir Herzog até a morte em 1975, nas dependências do II Exército em São Paulo.

Como, também não foram punidos os responsáveis pelo assassinato do Deputado Rubens Paiva, nos anos mais negros da repressão neste País. Da mesma forma, não foram punidos os responsáveis pelo assassinato de Manoel Fiel Filho, operário preso e que teve morte sob a tutela do II Exército, também em São Paulo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não foram punidos os militares que invadiram, indevidamente ou não, a Hidrelétrica de Itaipu, sob o pretexto de manter a ordem naquela empresa. Lá estavam os trabalhadores reivindicando melhorias salariais, mas não tinham ainda invadido o Gabinete do General Presidente daquela Companhia, Ney Braga, e nem subido à mesa e muito menos feito discurso. O caso de Apucarana é a repetição da vontade que tem a direita de se articular politicamente e novamente dar um golpe neste País.

Ontem, em Apucarana, Senhor Presidente, Senhores Deputados, usando uma bandeira brasileira, o Tenente da Reserva do Exército e atual Vereador pelo PFL, juntamente com Antônio Natálio, Vereador pelo PDT, ligado a TFP, João Batista Cardoso, advogado e ligado à repressão nos anos de 1972, Guaraci de Almeida, advogado, sem expressão no mundo jurídico da cidade e mais dois sócios do Rotary Clube, Emerson Luiz e João Carlos Bueno, fizeram uma passeata de carro pela cidade, portando uma bandeira do Brasil, em solidariedade ao Capitão preso. Foram os aqui nominados, mais as suas respectivas esposas, e cada casal, com dois carros, desfilaram pela cidade solidários ao Capitão.

Naquele momento, a cidade não sabia se viajava, hostilizava ou se ficava de braços cruzados, diante de tamanho vexame e de tamanha idiotice cometida por estes homens que, na verdade, não representam mais do que a minoria restrita que eles conseguiram arregimentar para a tão anunciada passeata de solidariedade.

Foram, em alguns pontos da cidade, vaiados pela população. Em outros lugares por onde passaram os solitários 12 carros buzinando, gestos obscenos era o que a po-

pulação de Apucarana dirigia aos homens que ainda pretendem e querem voltar ao Poder.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como nós temos dentro de alguns setores na área militar, alguns inconformados, também temos em nossos Paramentos, aqueles que não esqueceram que não são mais Governo.

O Deputado e crítico Basílio Zanusso, censura neste Parlamento, o Governador Álvaro Dias, julga aqui a mensagem que o Governador manda para melhorar o salário dos trabalhadores do Estado, mas no entanto, o Deputado se esquece de fazer uma volta ao passado, para ver com que mão que ele administrou esta Casa quando foi Secretário, deixando o funcionalismo da Assembléia Legislativa do Paraná à mercê da sorte, porque foi o Secretário mais linha dura e carrasco com os trabalhadores deste Parlamento.

Esquece-se o ilustre Deputado do PFL que aqui ele critica o Governo e no entanto, em São Jorge do Ivaí, sobe ao palanque e quer tirar fotografia junto com o Governador Álvaro Dias para fazer média com a população.

Ele precisa, assim como muitos militares, saber que o seu lugar, não é mais o de governo, de mandar e de tomar as decisões. Cada um tem a sua época, e cada um tem o seu tempo. O tempo daqueles que massacraram, que hostilizaram o povo, já foi. Agora é o tempo da voz ativa, é a época em que o povo tem canal para discutir as suas questões. Agora, é o tempo da democracia e bem ou mal todos podem falar, pronunciar-se, mas nunca usando da violência como aconteceu em Apucarana, para protestar.

Inclusive, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se nós vemos muitas vezes as invasões de terras, cometidas pelos sem-terra e pelos sem-teto, que até por uma questão de sobrevivência precisam assim se comportar, não podemos confundir nunca, como muitos querem, tal situação com a invasão que foi feita em Apucarana por um homem que é pago pelo povo, pelos trabalhadores para dar a segurança e a tranquilidade à nossa Pátria, às autoridades constituídas deste País. Quando um sem-terra vai sem ter para onde ir ou dirigir-se para dentro de uma propriedade em busca da felicidade de um lugar ao sol, está tentando mostrar às autoridades de que realmente um princípio constitucional não está sendo cumprido, porque está na Constituição de que todos têm o direito ao trabalho, ao teto, à escolaridade, à saúde e, no entanto, milhões de brasileiros ainda não conseguiram isso.

Mas, não conseguiram Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque nós tivemos neste Parlamento os Basílio Zanusso da vi-

da que vinham para cá para defender a Arena, o PDS, a usina nuclear, os gastos astronômicos do governo de 1964, do General Geisel, Figueiredo, do General Médici, os quais passaram fazendo dívida em nome do povo brasileiro e no entanto não tivemos aqui dentro a aplicação dos recursos em obras que pudessem melhorar a qualidade de vida deste Estado e deste País.

Se nós vemos no olhar de milhares de crianças que caminham trazendo no rosto a marca da fome, trazendo no rosto a marca da desnutrição, Senhor Presidente, não traz ali que os responsáveis por isso foram a Arena, depois o PDS que dava sustentação a um regime militar autoritário que tomou de assalto este País para beneficiar as multinacionais.

Mas precisamos falar, mostrar quem são os responsáveis pela falta de habitação e pela falta de terra aos sem-terra. Precisamos falar e mostrar que não é o caminho do militarismo a solução para as nossas questões.

Se, hoje estamos com dificuldade e a população vive mal, é porque teve um passado que não preparou e que não construiu visando o homem, porque apenas uma minoria, a maioria dessa minoria, os depositantes da Suíça e uma elite conservadora que dava sustentação àquela minoria que governou este País, é que se privilegiou das riquezas e do trabalho do povo.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando vemos a incoerência no cumprimento do mandato é que começamos a compreender porque o povo lá fora muitas vezes está desinformado. Porque o Deputado que vem aqui, agora, para criticar, não informa e não quer dizer que ele defendeu o Governo que sacrificou o povo. Não vem aqui dizer o Deputado, Líder da Frente Li-

beral, que os tanques que estavam lá em Itaipu e que as baionetas que feriram os seis trabalhadores só fizeram assim porque foram convocadas e o botão foi acionado pelo chefe que ele sempre defendeu no Palácio Iguaçu, Ney Braga.

Portanto, é preciso ir passando a limpo as ações dos homens deste Parlamento como também daqueles que dirigiram este País e que infelicitaram esta Nação.

Mais um minuto, para concluir, Senhor Presidente.

Então Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós não podemos admitir que o Deputado venha aqui, critique o Governo e vá lá no interior, tirar fotografia junto com o Governador; não podemos admitir que fale em seriedade e venha aqui defender os ladrões da PROMOPAR, como já veio, neste Parlamento. Este Deputado que fala em honestidade, em coisas sérias, precisa realmente ser sério, e dizer a que ele veio neste mandato, o que propõe para o Paraná, assim como o que está defendendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrafí Júnior)- Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 196/87, 201/87, 205/87, 210/87, 214/87, 222/87, 223/87, 229/87, 267/87 e 268/87.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 255/85, 315/85, 212/87 e 247/87.

Levanta-se a Sessão.